






APRESENTAÇÃO

OUTRAS EDUCAÇÃO: SABERES E CONHECIMENTOS DAS POPULAÇÕES RACIALIZADAS EM CONTEXTOS DE RE- EXISTÊNCIA

 <https://orcid.org/0000-0001-6105-6356> Claudia Miranda^A
 <https://orcid.org/0000-0003-1838-2548> Rosa Campoalegre Septien^B
 <https://orcid.org/0000-0002-7509-2478> Jane Santos da Silva^C
 <https://orcid.org/0000-0002-4999-5243> Aline Cristina Oliveira do Carmo^D
 <https://orcid.org/000-0002-9104-4695> Cinthia Monteiro de Araujo^E

^A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^B Universidade de Havana (UH), Havana, Cuba

^C Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^D Colégio Pedro II (CPII), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^E Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Em *A racialização do mundo* (1996), Octavio Ianni indicava que os problemas raciais, do século XX, eram “problemas inseridos mais ou menos profundamente nas guerras e revoluções, nas lutas pela descolonização, nos ciclos de expansão e recessão das economias, nos movimentos de mercado da força de trabalho, nas migrações, nas peregrinações religiosas e nas incursões e tropelias turísticas (...)”. Chegamos ao século XXI e aprendemos com Sueli Carneiro (2019) e Lélia González (1984), que não se alcança democracia sem luta antirracista. Sob essa orientação, realocamos o pensamento de Achille Mbembe (2016) e de Aníbal Quijano (2005) para outras interpretações sobre as agruras do tempo presente.

No conjunto de pensadoras/es que influenciaram o trabalho de Bell Hooks (2017, p. 32) estão Paulo Freire e Thich Nhat Hanh e, ao explicar a capilaridade de suas análises, que incidiram em suas percepções de mundo, destaca a perspectiva humanista de ambos os autores. A pensadora afroestadunidense compreende que o acolhimento, no ambiente acadêmico, ainda é parte dos nossos desejos sobranceiros. As/os estudantes universitárias/os temem a hostilidade, em suas jornadas: “Esse medo existe porque muitos professores reagem de modo profundamente hostil à visão da educação libertadora que liga a vontade de saber à vontade de vir a ser”. Não é exagero afirmarmos que as demandas por inclusão, em todos os níveis dos sistemas educacionais, estiveram/estão no centro do debate sobre democracia e direitos humanos, no Brasil.



Sendo assim, os conhecimentos e os saberes, das populações racializadas, irrompem o acontecimento universitário, disputam sentidos estéticos e promovem desenhos outros, favorecendo o surgimento de multi linguagens para novas traduções da experiência de viver em sociedade. Para situarmos a problemática das desvantagens da racialização do mundo, assumimos posicionamentos, alinhadas com pensadoras que nos formaram como é o caso de Catherine Walsh (2019, p. 19). Em seu argumento, “o processo de racialização e de racismo subjetivo, institucional e epistêmico não está vencido, mas, em certo sentido, reconfigurado”. Isso se dá, por conta das tecnologias criadas e recriadas, nas empreitadas dos povos originários e afrodescendentes. Ao seguir a orientação teórica de Aníbal Quijano (1999), Walsh (2019, p. 18) considera que “a configuração e a prática da interculturalidade no conceito do movimento indígena estão, claramente, sustentadas nas experiências históricas e na racialização que formou a colonialidade do poder nas Américas”.

Essas definições incidem na concepção que assumimos, como investigadoras que atuam na contramão do instituído e que de alguma maneira são “forasteiras de dentro”, nos espaços de produção de conhecimento. Mulheres racializadas e ativistas, que investigam lado a lado com os movimentos sociais, entendemos ser a pesquisa mais ao Sul, uma exigência político-filosófica. América Latina (Abya Ayala para o povo Cuna), se desloca das margens para o centro, nos estudos que vimos desenvolvendo. Intelectuais africanas (os) insurgem e reorientam as apostas investigativas, marcadas pelo trabalho em rede.

Ao definir o “necro poder” e, sua incidência, na contemporaneidade, Mbembe (2016) nos convoca a defender um *modus operandi* descolonizador, objetivando utopias libertadoras, assim como Bell Hooks. Ainda sobre os retrocessos enfrentados no país, vimos crescer uma pedagogia da eliminação que se refletiu no abandono social, em escalas diversas, percorrendo todo o território. Por tudo isso, podemos afirmar que a “necropolítica à brasileira”, se instala com uma gestão pública focada no aparelhamento das instituições, para interesses particulares alinhados com o extremismo. Enfrentamos, sobretudo no primeiro ano da crise sanitária global, sucessivas crises ideológicas, incluindo o avanço de ondas negacionistas impactando o imaginário popular. O autoritarismo se instalou e, junto a isso, o desprezo pelas populações mais vulneráveis, onde estão situados os grupos racializados. Vimos um descompromisso com as urgências que se apresentaram, ampliando os riscos de vida da classe trabalhadora, em geral. E, em territórios periféricos, as consequências de uma crise profunda e avassaladora, foram as piores.

Com Aníbal Quijano (2002, p. 1) entende-se como foi revolucionário interpretar as engrenagens que sufocaram os povos originários da nossa região (definida, colonialmente, como América Latina), um contexto no qual se configuraram e se estabeleceram a colonialidade. Explica que a colonialidade do poder é um conceito que “dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de ‘raça’”. Complementa que “Essa ideia e a classificação social e baseada nela (ou “racista”) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo”.

Ao defendermos a proposição de outras educações e outros saberes, nos alinhamos com a luta por acesso, por maior mobilidade socioeducacional, para todas as pessoas. As assimetrias de poder operam como um traço “colonial” no cotidiano e, portanto, atravessam as relações intragrupos. No dia a dia, enfrentamos o *ethos* da servidão que pode ser definido como um tipo de ordenamento hierárquico e subalternizador. Alguns estratos são fixados na subalternidade para garantir o bem-estar de outros. Esse estado de coisas sugere críticas radicais acerca do formato assumido em territórios que experimentaram a violência colonial.

Dos movimentos sociais, emergem outras traduções possíveis, para a re-existência contra hegemônica e, a preocupação com a formação adquirida nas instituições públicas, passa a ser uma questão na agenda das associações e núcleos que atuam em prol da justiça. As outras aprendizagens possíveis podem ser encontradas nas diferentes dinâmicas adotadas por esses insurgentes. Não se dão apenas nas instituições formais e vão para além das suas fronteiras. A mudança de *status*, das coletividades situadas nas bases, é uma urgência justamente pelas lacunas deixadas, quando se assume abordagens que se afastam das experiências comunitárias.

A partir da obra “Ideias para adiar o fim do mundo”, seguimos as mesmas perguntas de Ailton Krenak (2019, p. 14):

Como os povos originários do Brasil lidaram com a colonização, que queria acabar com o seu mundo? Quais estratégias esses povos utilizaram para cruzar esse pesadelo e chegar ao século XXI ainda esperneando, reivindicando e desafiando o coro dos contentes? Vi as diferentes manobras que os nossos antepassados fizeram e me alimentei delas, da criatividade e da poesia que inspirou a resistência desses povos. A civilização chamava aquela gente de bárbaros e imprimiu uma guerra sem fim contra eles, com o objetivo de transformá-los em civilizados que poderiam integrar o clube da humanidade. Muitas dessas pessoas não são indivíduos, mas “pessoas coletivas”, células que conseguem transmitir através do tempo suas visões sobre o mundo.

A “Coalizão Negra por Direitos”¹, um fórum permanente – que reúne organizações de referência, em todo o território nacional –, atua a partir de uma perspectiva emancipatória. Reflete o ideário das agrupações de vanguarda, que orientaram a resistência quilombola, nos

territórios de gente negra. Sendo assim, o legado antirracista das batalhas engendradas, ao longo dos 500 anos de escravização (de povos originários e africanos), afeta sobremaneira as opções dos grupos comprometidos com as insurgências, no tempo presente. As pandemias diversas que fomos levados a enfrentar, exigiu criatividade, mesmo em tempos sombrios. Reconectar agrupações e núcleos que atuam alinhados com a descolonização da consciência, foi a tarefa mobilizadora em um ambiente de incertezas e de fortes ataques fascistas.

As instituições da sociedade civil, que trabalham na perspectiva da valorização da vida e da inclusão, sofreram com as estratégias de dismantelamento do ideário afinado com a proteção de direitos básicos. Os parâmetros que definem a Democracia brasileira, foram distorcidos. Diante do exposto, passou a ser uma exigência ouvir as comunidades de base, acompanhar as insuficiências de um formato de vida nunca experimentado antes. Nessa direção, situamos a “Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira” (COIAB), comprometida com a denúncia da violação de direitos dos Povos Originários. Os episódios de violência cartografados em estados da Amazônia Brasileira (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), a gravíssima postura de gestores públicos, que se caracteriza pela negação dos ataques genocidas efetivos e, o avanço de ondas negacionistas e autoritárias, exigem outros percursos formativos e outros achados para a pesquisa social.

As frentes como a Coalizão Negra por Direitos e a COIAB, ganham novo *status*, com os impactos da Pandemia de Covid-19, já que se deslocam para o centro, atuando em diálogo com organismos internacionais, comprometidos com a recuperação de direitos perdidos. Decerto, a movimentação que realizam, podem reeducar a sociedade e os diferentes setores que dela fazem parte. Em “Cartas para o Bem Viver”, Sônia Guajajara (2020, p.23), uma liderança indígena Arariboia em destaque como uma das das 100 pessoas mais influentes do mundo (Revista Time), escreve uma mensagem ao Brasil e destaca: “A colonização ainda não acabou: suas práticas estão vivas e nossos corpos são usados como exemplo, todos os dias [...] precisamos nos fortalecer enquanto povos, movimentos, e fortalecer nossas frentes de atuação política”. Acrescenta que “[...] a defesa do Bem Viver, hoje, é também ocupar espaços nacionais e internacionais, espaços políticos para agirmos em defesa da vida dos povos indígenas, continuar a luta, nunca desistir dela e continuar tendo forças para as grandes batalhas que ainda virão”. Quando “pensamos em movimento” (grifos nossos), podemos reivindicar todos esses

posicionamentos engendrados nas formas outras de reexistir. E essas são próprias dos segmentos instados a viver a contrapelo.

A racialização do mundo, mencionada por Ianni (1996), é o fenômeno que redesenhou o ordenamento geopolítico, em todo o globo. A “necropolítica à brasileira”, adotada, para borrar, da história, as referências que orientam deslocamentos anticoloniais -, como aqueles feitos por Mãe Stella de *Oxóssi*, Carolina Maria de Jesus, Emyra Waiãpi, Chico Mendes, Abdias do Nascimento, Cacica Cunllung, Lélia González, Maria Zelzuita, Betinho, Neusa Santos Souza, Paulo Freire, Marielle Franco, Beatriz Nascimento, Mãe Beata de Iemanjá, Zezico Rodrigues Guajajara, Virginia Bicudo, Davi Kopenawa Yanomami, entre outros -, reascende contornos de uma cartografia inacabada mas que intelectuais orgânicas(os) citadas(os) acima, iniciaram com primazia. Nessa mesma esteira, a base que sustenta a “Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira” foi definida nas lutas sucessivas dos povos das florestas que, organicamente, elaboraram um mosaico político-filosófico com capilaridade incomensurável, como é o caso do “Bem Viver”.

Ao considerarmos as demandas do tempo presente, somos levadas a potencializar as “escavações epistemológicas”ⁱⁱ realizadas em parcerias com diferentes setores. Com esse acúmulo, interpretamos as *práxis* educativas, concebidas nas movimentações das organizações dos movimentos sociais, como multifacetadas, indo além das instituições dos sistemas educativos. As lutas desses movimentos de vanguarda são, sobretudo, antirracistas e ganham importância pela exemplaridade da dinâmica organizacional adotada, envolvendo diferentes aportes para a formação política e tomada de consciência, acerca da questão da exclusão e das inúmeras desigualdades. As aprendizagens advindas das suas agendas coletivas, inspiram as apreensões que fazemos sobre outras ambiências formativas e sobre as “outras educações” possíveis de serem localizadas.

Em busca de outros letramentos, observamos as movimentações realizadas em outros contextos, que também enfrentaram processos de aniquilação – como foi o caso haitiano. A insurreição dos (as) escravizados (as), em São Domingos, foi um dos acontecimentos que revelaram, para a historiografia da diáspora africana, nuances das alternativas de resistência coletiva. Algumas lições sobre as condições de existência, para os povos originários, de Abya Yala (América Latina), já foram absorvidas e nos levam a amplos questionamentos sobre as outras aprendizagens a serem valorizadas. Reconhecer-se a partir das ancestralidades, das culturas e filosofias negadas, no processo colonial europeu, é condição *sine qua non*, para quem

quer apoiar processos de politização das novas gerações, tomando os múltiplos espaços formativos como referência.

Com essa proposta de dossiê, impulsionamos elaborações que tem como centralidade as outras gramáticas possíveis ancoradas na descolonização da pesquisa e da formação das novas gerações de estudantes. Interessa-nos impulsionar processos que favoreçam a criticidade incluindo as cosmo percepções elaboradas por populações racializadas e nesse caminho, buscamos promover estudos e pesquisas que tenham como pano de fundo abordagens educacionais que criticam o *status quo* e que exigem reescritas historiográficas, que levam em conta o soterramento de culturas colocadas à margem a partir da colonialidade do poder.

Nota-se, no conjunto dos artigos, a adesão de grupos de estudiosas (os) interessados na enunciação dos que foram prejudicados com a racialização do mundo. É urgente incorporarmos perspectivas que trabalham com as memórias desautorizadas, com as lutas por participação política, no âmbito do território do qual fazemos parte. No referido dossiê, reunimos abordagens que podem inspirar apreensões sobre o mundo da vida e que além disso, nos convocam a trabalhar em chave dialógica, lado a lado com os movimentos insurgentes. Valorizar as epistemologias dos grupos racializados significa, também, deslocar das margens para o centro, as filosofias invisibilizadas, pela empreitada dos países colonizadores.

Em busca de outras educações e outros letramentos

No campo educacional, o que acompanhamos foi um desmonte sobretudo com as ondas de negacionismo e de fascismo. Os anos de 2020 e 2021 serão lembrados pelo abandono e pelo deboche de gestores da administração pública que negaram as agruras dos setores mais empobrecidos. Uma CPI foi realizada para levantar dados sobre o posicionamento do governo central, frente ao colapso que tomou todo o país. Um relatório sobre “Mortes evitáveis” foi apresentado e, novos dados sobre a negligência governamental, sugerem a promoção do que definimos aqui como “necropolítica à brasileira”.

Alinhadas/os com as abordagens críticas latino-americanas e africanas, no campo das Ciências Sociais, esbarramos nas teses de Paulo Freire sobre emancipação e libertação para os (as) oprimidos (as). O autor está inserido no temário das abordagens aqui privilegiadas. Nesse percurso, somos convocadas (os) a promover expedições e para tanto, acendemos linhas historicamente ofuscadas, capazes de nos reconectar com universos que nos levem a enfrentar as exigências por realinhamentos com estéticas e poéticas dissonantes e contra hegemônicas.

Nas palavras de Nelson Mandela, “A supremacia branca supõe a inferioridade negra” e se assim pudermos considerar, o ordenamento feito, no mundo ocidental, é de inspiração colonial. Em *Pensar sembrando/sembrar pensando con el Abuelo Zenón* Salazar e Walsh (2017) localizam tensionamentos históricos e limitadores das performatividade que nos definem como diaspóricos. No Brasil, discursos emoldurados por traços de subalternização circulam diariamente e, por isso, compreender a condição dos grupos racializados, sujeitas e sujeitos herdeiros das culturas soterradas, que se reinventaram, sem garantias, é tarefa descolonizadora. Ao mesmo tempo, é urgente que façamos um amplo mapeamento localizando as diferenças que evidenciam as desvantagens enfrentadas por todos que sofrem com a degenerescência de suas identidades.

Notadamente, os pressupostos da Educação Intercultural e da Educação para as relações étnico-raciais (ERER), movimentam um ideário por rupturas filosóficas e epistemológicas. As experiências das populações em diáspora, exige que tenhamos, como parâmetro, as narrativas invisibilizadas por um *ethos* colonial sufocante e que ainda está em franca ebulição. A eliminação do outro colonial é parte da engrenagem onde se privilegiou um projeto de descarte dos povos dominados na colonização europeia.

O adoecimento dos mais pobres (populações racializadas) inclui a saúde mental, como aponta Maria Aparecida Bento (2007). Esses desdobramentos têm mobilizado também o campo dos estudos sociológicos e, já podemos considerar essa transversalidade como um traço relevante. Ao nos posicionarmos no âmbito da formação acadêmica, o foco privilegiado inclui as juventudes que passaram a ocupar os bancos universitários. Os principais desafios para quem deseja romper com abordagens eurocentradas, é disputar sentidos de pertencimento seja onde for. Participar do mundo da produção de conhecimento legitimado socialmente (aquele que entra como referenciais teóricos), é tarefa para os movimentos sociais.

Da experiência obtida, com a crise sanitária global, podemos recuperar alguns achados. O período foi marcado por uma dinâmica intensa que contou com ressignificação das nossas aprendizagens. Plataformas como o *Google Meet*, *Zoom*, *Streamyard* dentre outras, foram usadas para mobilizar pesquisadoras (es) e estudantes de diferentes carreiras. As comunidades formadas nas Instituições de Ensino Superior (IES), debateram os outros formatos possíveis da manter o fluxo das demandas dos cursos. Os planejamentos foram impactados e o ordenamento alterado radicalmente. Debateu-se sobre Ensino remoto, EaD *online*, Educação *online* e sobre

as saídas diversas para garantir a extensão, a pesquisa e o ensino. Mencionamos alguns desafios preocupantes, tendo em vista o compromisso das IES com a sua legitimidade.

Novas utopias para seguir

O início do segundo semestre, do ano de 2022, está marcado por batalhas simbólicas. Tudo isso porque, como afirmou Ailton Krenak, nunca estivemos em paz, mas sim em guerra permanente. Foram mais de 100 entidades da sociedade civil as que estabeleceram um pacto, em defesa da democracia. Cartas aos brasileiros e brasileiras foram lidas em regiões distintas, no dia 11 de agosto e o feito reuniu mais de 1 milhão de pessoas. A mobilização pela democracia tem se desdobrado em ações concretas, país a fora. A referida carta pelo estado democrático de direitos, foi lida, também, no exterior, incluindo o continente europeu. Na Inglaterra, a versão em inglês, foi lida por mais de 30 acadêmicos (as), e mobilizou as comunidades discentes e docentes. Os últimos acontecimentos políticos, no Brasil, chamaram a atenção do mundo.

Com a Pandemia de Covid-19 nos vimos em ruínas e, os povos originários e quilombolas, estiveram mergulhado em conflitos que revelam a violência do Estado. Em um período catastrófico, de extrema vulnerabilidade social, foi possível localizar um cenário promotor de uma política definida como “política de morte”, para refletirmos sobre os diversos meios pelos quais, no mundo contemporâneo, as “armas” reinventadas, são adotadas com o objetivo de destruição máxima de pessoas e, para a criação de “mundos de morte”. Em outras palavras, podemos localizar “formas únicas e novas de existência social em que inúmeras populações são submetidas a condições de existência que lhes conferem o *status* de mortos-vivos”. (MBEMBE, 2018). Assim como aconteceu, com as instituições antirracistas, entre as décadas de 1970 e 1980, temos que voltar ao debate sobre as outras formas de escravidão, na contemporaneidade.

Um estudo recente da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL, 2020, p. 9), confirma que:

No es posible superar los grandes desafíos que enfrenta la región, profundamente agudizados en el contexto de la pandemia, y avanzar hacia la igualdad en la senda de un desarrollo inclusivo como pilar fundamental de un nuevo modelo de desarrollo sostenible, sin emprender acciones decididas para avanzar en el reconocimiento, protección y garantía de los derechos de la población afrodescendiente. Para ello es preciso considerar, además, las múltiples y simultáneas formas de desigualdad, discriminación y exclusión que sufren las mujeres afrodescendientes.

Por longos períodos, as desigualdades, de toda ordem, aparecem como aspectos centrais, nos estudos sobre a América Latina e o Caribe. Caos social afetam países como o Brasil e a Colômbia e nesses territórios, vimos crescer a cultura de extermínio do “outro colonial”.

Quando localizamos utopias para seguir adiante, a ênfase está nas cosmo percepções africanas e afrodescendentes, de mundo. Quando nos conectamos com intelectuais do continente africano, podemos disfrutar das teses radicais que devem ser deslocadas das margens para o centro. A necessidade de unir os povos das florestas, os/as quilombolas do país é, agora, uma tarefa emancipadora e que pode desdobrar para amplos itinerários de maior politização. Com Mandela, aprende-se do compromisso com rupturas efetivas: “Tenho lutado contra a dominação branca [...] Defendo o ideal de uma sociedade livre e democrática onde as pessoas vivam em harmonia, com oportunidades iguais. É um ideal pelo qual desejo viver e atingir”. Esse ideário inclui a pesquisa engajada, o compromisso com as coletividades historicamente excluídas das estruturas sociais.

Ao pensarmos as “outras educações”, seguimos o argumento de Cledes Markus (2018, p. 176), quando aponta traços das abordagens interculturais: “uma educação intercultural e descolonizadora também é educar para a vida; é contar as histórias que proporcionam vida; é fazer atividades que promovem a vida; é cantar as músicas que levem a vida; é usar as belas palavras de vida.” A estudiosa reforça itinerários do Sumak Kausay (Bem Viver) ao explicá-lo como uma cosmologia do mundo andino (um modo de estar no mundo das populações dos Andes). Ao tomar como escopo as teses de David Kopenawa (2015), Markus (2018, p. 51) entende que “a colonização se manifestou aqui na América, principalmente com paradigmas eurocêntricos de mercantilismo, progresso e desenvolvimento”. Como consequência, as culturas vistas como “fora do lugar”, passam a viver na clandestinidade. Deve-se acrescentar que o recurso do soterramento das demandas dos mais frágeis, está relacionado, diretamente, com os interesses dos grupos que ocupam as esferas do Estado brasileiro. Os artigos que compõem esse dossiê refletem parte das urgências advindas dos movimentos antirracistas, de defesa dos direitos diversos que foram soterrados, nos últimos anos. O conjunto indica como podemos traduzir “as outras educações” e conhecimentos ainda estigmatizados.

Em “Agrupación Xango: experiencias antirracistas y aportes para otras educaciones en Argentina”, Carlos Álvarez Nazareno e Marcela Alicia Perez Lorenzo enfatizam as alternativas encontradas coletivamente, no âmbito de uma organização não governamental, empenhada no trabalho de politização das juventudes afrodescendentes

situadas naquele contexto. Tratam de questões relacionadas com os enfrentamentos diários e expandem tais questões para entender as saídas possíveis tendo como parâmetro, a organização da sociedade civil em diálogo com a administração pública. Destacam um panorama onde as perdas para os mais vulneráveis se desdobram em processos de exclusão. Apresentam traços das saídas e oportunidades para a (re)existência da comunidade, especialmente às crianças, adolescentes e jovens afro argentinos (as) e, migrantes em Buenos Aires. Em **“Voces afrocentradas. una experiencia de educación permanente con perspectiva afrodiaspórica”** as (os) autoras (es) se concentraram em analisar o Programa de Educação Permanente da Universidade da República, uma proposta que visa promover a discussão sobre a identidade afro e as conexões que foram propostas para a interação das pessoas envolvidas. Destacaram características do contexto universitário do Uruguai contemporâneo e do *ethos* acadêmico frente às exigências de educação para a diversidade.

Na pesquisa desenvolvida por Mille Caroline Rodrigues Fernandes e Luciano da Silva Pereira, intitulada **“Virada curricular no Mato Grosso e na Bahia: alternativas pedagógicas com os quilombosⁱⁱⁱ Nossa Senhora Aparecida do Chumbo e de Boitaraca”** os autores defendem uma virada curricular a partir da perspectiva intercultural quilombola, que tem como centralidade a história oral e os lugares de memória. Alegam haver urgências a serem enfrentadas na transposição cultural realizadas em diferentes estágios, além de ressaltarem os resultados dos esforços comunitários.

O trabalho **“Saberes do quilombo: relatos de uma experiência educativa com estudantes em uma comunidade quilombola no Baixo Sul da Bahia”** apresenta reflexões acerca da colonização e resistência indígena-negra no Baixo Sul. A pesquisa inclui uma discussão acerca dos impactos da colonialidade do saber na educação brasileira e seus atravessamentos nos currículos e nas práticas educativas. Acentua-se que a descolonização curricular e das práticas teórico-didático-metodológica incidem na superação das insuficiências das abordagens eurocentradas, ainda vigentes.

Já no artigo **“Disputa e conflito pela implementação de uma educação diferenciada na comunidade remanescente de quilombo de Santa Rita do Bracuí”** a problemática está em torno do papel da instituição escolar, frente aos processos formativos, exigidos pela sociedade. A defesa pela escola e, pela educação quilombola, é também uma empreitada contra o projeto de colonialidade. Para os moradores da referida comunidade, a escola é um dos espaços dos mais relevantes, para a mobilidade socioeducacional dos (as) jovens.

O artigo **“Outras educações e outras práxis com as favelas e periferias urbanas: o caso da Maré”** interpreta o Museu da Maré como parte de um processo descolonizador, para as populações das periferias do Rio de Janeiro. Toma como ponto de partida, as itinerâncias de lideranças históricas, na região e, interpreta suas opções políticas bem como os desdobramentos para mudanças radicais no território. Amplia o debate sobre a condição das juventudes presentes, na cidade, considerando a situação enfrentada, no complexo de favelas.

O trabalho **“Análise decolonial da série “siempre bruja”: tradução intersemiótica ou adaptação intercultural?”** aborda aspectos envolvidos no movimento de transposição do romance *Yo Bruja* para o *streaming*, por meio da série intitulada “Siempre bruja. Procura identificar traços das limitações de uma adaptação e sugerem uma “adaptação intercultural crítica”. Para os autores, ainda que haja a possibilidade de desdobramento do processo de tradução intersemiótica para filmes, existem limitações e creem que esse processo não se aplica genuinamente à análise de “Siempre bruja”.

No texto **“Crespogogia, práticas de re-existências: experiências curriculantes com crianças negras dentro dos espaços escolares”** as autoras apresentam um quadro propositivo que inclui uma pedagogia outra, definida como crespogogia. Defendem percursos mais interculturais e pluridiversos para as disputas epistemológicas no âmbito das instituições escolares comprometidas com a formação da criança pequena.

Em **“Travessias filosóficas, tessituras amefricanas: o currículo de filosofia ao rés-do-chão”** pontua-se que a manutenção de uma matriz particular de conhecimento como a única válida e verdadeira, que passa a conferir valor a acervos, currículos e repertórios ensinados nas instituições, atravessa estruturalmente os itinerários formativos propostos pelas instituições educativas nacionais.

Em **“Itinerário Rio de Janeiro-Bogotá: perspectiva dos estudos transnacionais para uma análise sobre outras aprendizagens nos encontros interculturais”** são abordadas experiências interculturais do trabalho de campo da investigação, *Traduciendo los Testimonios de las Mujeres Víctimas del Desplazamiento en Colombia* (EICOS/UFRJ), que aconteceu entre as cidades do Rio de Janeiro e Bogotá. A autora problematiza a (trans)localização das práticas teórico-metodológicas de estudos em migrações transnacionais, com a lente das propostas da tradução a partir da crítica pós-colonial e decolonial.

Em **“O Profhistória e a epistemologia das macumbas”**, o autor propõe uma análise descolonizadora da proposta de Mestrado Profissional em História do estado do Rio de Janeiro,

a partir de percepções de docentes egressas(os). Utiliza-se a perspectiva das conversas como metodologia e, a interação realizada com profissionais formadas(os) no referido curso de Pós-graduação, favoreceu a compreensão de elementos que compõem o ebó, lá ensaiado. Tal qual cambonas nos terreiros, docentes e discentes são guiadas pelas filosofias de entidades seculares. Na encruzilhada, tem sido possível a realização de trabalhos de cambonas que desamarram os nós do carrego colonial, a partir do gingado e do transe.

Podemos indicar, assim como fizeram estudiosos como Lélia González, Bell Hooks, Paulo Freire, Nelson Mandela (entre outras/os), que os problemas das desigualdades a serem enfrentados, esbarram no reconhecimento das engrenagens que garantem assimetrias de poder nas relações sociais. O caso brasileiro é facilmente apreendido tendo em vista um conjunto de fatores relacionados com a exclusão histórica das coletividades representadas como “fora do lugar”, no desenho colonial. Como exemplo, durante o final do século XX e, o início do século XXI, o nível de organização política do movimento negro, teve um crescimento marcante. Importa observarmos os mapeamentos já realizados sobre tais dinâmicas a fim de melhor compreendermos o lugar de importância das performatividades coletivas, que tem como referencial a possibilidade de uma “renascença em chave decolonial”.

Nessa mesma esteira, é relevante acompanharmos a capilaridade do *ethos* do “Bem Viver” e o mosaico político-filosófico que reivindica ancoragens com a Pacha Mama. Ao entendermos sua centralidade, já que é representada como divindade, relacionada com a fertilidade, entende-se os modos dos povos originários reexistirem, a partir de engendramentos que revelam “suficiências íntimas” para trazermos uma noção do quadro teórico de Santiago Arboleda Quiñonez (2016). O autor colombiano explica que, diante de um padrão integral de negação e produção de “não existência”, as/os intelectuais negras/os, bem como suas organizações, reagiram a partir do que elaboram “casa adentro”. Com essa dinâmica, articularam autonomias resistentes e insurgentes. Também impulsionaram comunidades de diálogo, para a construção de espaços mais pluridiversos e solidários.

Na cidade do Rio de Janeiro, o mês de agosto (2022), esteve marcado pela inauguração do “Quilombo Literário – Aquilombamento Brasileiro de Letras e Artes Pretas e Originárias” e trata-se de uma proposta de acolhimento de grupos e de pessoas proponentes/realizadoras, empenhadas em promover multi linguagens e cosmo percepções dos povos afrodescendentes e originários. A exemplaridade de intelectuais orgânicos, tais como Helena Theodoro, Elê Semog, Carlos de Asumpção, Geni Guimarães, Lia Vieira, Miriam Alves, Elisabete

Nascimento e, Alberto Rodrigues, orientam nossas utopias de insurgência, com outras gramáticas possíveis. Nessa iniciativa, estão reunidas lideranças dos povos originários e quilombolas, grupos de faixas etárias distintas e pessoas interessadas em promover ambientes propositivos contemplando as narrativas soterradas pela colonialidade do poder. A nosso ver, apresentam saídas que podem ser entendidas como interculturais e dialógicas vislumbrando garantir “performatividades desobedientes” e garantir atmosferas nas quais as nossas memórias encontrem lugar.

Além do dossiê temático, esta edição traz outros quatro trabalhos, sendo dois relatos de experiência, um artigo de demanda contínua e uma resenha.

A produção literária das mulheres negras encontrou espaço e representatividade no relato de experiência intitulado **“Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus, em sala de aula: olhares para as mulheres negras da sociedade brasileira”**. O artigo em formato de relato de experiência discute a invisibilização das mulheres negras nos currículos da Educação Básica e do Ensino Superior a partir do livro de Carolina Maria de Jesus. As autoras e o autor deixam explícito que as histórias das mulheres negras estudadas em sala de aula foram reinterpretadas através de manifestações artísticas. O relato fala aos discentes em formação sobre os caminhos que permitem novos olhares para o currículo e para a prática docente e, deste modo, é possível dizer que trabalhar o currículo por meio de diferentes linguagens possibilita novos olhares para o mundo e para a sociedade.

Outro texto em formato de relato de experiência é **“A Pandemia como uma via hermenêutica para os sentidos: do apressamento à poiesis narrativa”**. Nele, a autora nos traz como, em um contexto de pandemia, a experiência de ser uma pós-graduanda que viveu a interrupção da colheita de pesquisa trouxe reverberações na vida pessoal e profissional. Para a autora, foi possível compreender a experiência de viver a quarentena a partir de três categorias: “a experiência de parar”, “a experiência de produção acelerada” e “a experiência de compreender como está sendo viver a pós-graduação na pandemia”. Deste modo, ela encerra “(in)conclusivamente” vislumbrando fortalecer-se com o ensinamento do grande educador Paulo Freire numa condição de esperar constante, em que a luta aguerrida por melhores condições de vida pessoais e coletivas se pautem nas instâncias públicas por meio da contação, do debate e da contratualização dos modos de existir.

O texto **“Refletindo sobre educação em saúde em tempos de pandemia - rabiscos, riscos e discretas ousadias”** atende à demanda contínua da revista. Este ensaio problematiza

os efeitos e movimentos produzidos pelas ações de educação em saúde quando massificadas, em especial, no contexto da pandemia de Covid-19. As autoras retomam o histórico do desenvolvimento das atividades de educação em saúde no Brasil, buscando entender os diferentes formatos que ela assumiu, e assume ainda hoje, nas políticas e nos serviços públicos de saúde. A Educação Popular em Saúde, que tem como base teórica os trabalhos de Paulo Freire aparece, então, como um importante desdobramento destas atividades em nosso país, a partir dos anos de 1980. As análises que vemos neste artigo utilizam os trabalhos de Michel Foucault – notadamente os conceitos de biopolítica e governamentalidade – para pensar criticamente, este processo, aprofundando o debate sobre o tema no contexto atual, imerso na pandemia.

Por fim, na resenha do livro “**Maria Fux: depois da queda... dançaterapia!**”, o autor nos apresenta um diálogo dos relatos de Fux para pessoas com deficiência, apresentados em seu livro “Dança, Experiência de Vida” (FUX, 1983), com outras teorias existentes, na tentativa de viabilizar a sofisticação dos pressupostos dessa artista-docente argentina. E conclui que a obra de Maria nos oportuniza entender a amplitude de suas propostas, que, no decorrer de sua existência, foram ganhando outra dimensão, em diálogo com múltiplos entrelaçamentos, tanto pedagógicos, como artísticos, somáticos e terapêuticos.

Referências

BENTO, Maria Aparecida; CARONE, Iray. *Psicologia Social do Racismo*. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil Petrópolis, Editora Vozes, 2007.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

GONZÁLES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, p. 223-244, 1984.

GUAJAJARA, Sônia. De Sônia Guajajara para o Brasil. In: KARIRI, Rafael Xucuru; COSTA, Suzane Lima. *Cartas para o Bem Viver*. Salvador: Boto-cor-de-rosa livros arte e café, 2020.

HOOKE, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

IANNI, Octavio. *A racialização do mundo*. Tempo soc. 8 (1); Jan-Jun 1996.

KARIRI, Rafael Xucuru; COSTA, Suzane Lima. *Cartas para o Bem Viver*. Salvador: Boto-cor-de-rosa livros arte e café, 2020.

KOPENAWA, David; Albert, Bruce. *A queda do céu: palavras de um Xamã Yanomami*. São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARKUS, Cledes. *As contribuições da Concepção Indígena do Bem Viver para a Educação Intercultural e Descolonial* (Tese de Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, BR-RS, 2018. 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ*, n. 32, dez., 2016.

MIRANDA, Claudia; CARMO, Aline Cristina Oliveira do; RODRIGUES, Mille Caroline Fernandes. Pensar em movimento: a interseção “África-diáspora” e as outras aprendizagens em disputa no tempo presente. *Cadernos do CEOM*, Chapecó (SC), v. 33, n. 53, p. 83-97 Dez/2020.

MIRANDA, Claudia. Más allá de un cuento de hadas: resistencia y otros aprendizajes para la historiografía de la diáspora africana. In: SEPTIEN, Rosa Campoalegre; OCORÓ, Anny Loango (Orgs.). *Afrodescendencias y contrahegemonías. Desafiando al Decenio*. Buenos Aires: CLACSO, 2019, pp. 27-63.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos Avançados*, [S.L.], v. 19, n. 55, p. 9-31, dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/KCnb9McPhytSwZLLfyzGRDP/?lang=pt#>. Acesso em: 02 set. 2022.

QUIJANO, Aníbal. COLONIALIDADE, PODER, GLOBALIZAÇÃO E DEMOCRACIA. *Revista Novos Rumos*, [S. l.], n. 37, 2022. DOI: 10.36311/0102-5864.17.v0n37.2192. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2192>. Acesso em: 02 set. 2022.

QUIÑONEZ, Santiago Arboleda. *Le han florecido nuevas estrellas al cielo: suficiencias íntimas y clandestinización del pensamiento afrocolombiano*. Tese (Doctorado em Estudios Culturales Latinoamericanos) - Universidad Andina Simón Bolívar/Abya-Yala, Quito, 2016.

WALSH, Catherine & GARCÍA Salazar, Juan. *Pensar sembrando/sembrar pensando con el Abuelo Zenón*. Quito, Universidad Andina Simón Bolívar: Abya-Yala, 2017.

ⁱ Ver em: <https://coalizaonegrapordireitos.org.br/>

ⁱⁱ Ver Miranda (2019).

ⁱⁱⁱ A opção em utilizar a letra “k” para a grafia da palavra Kilombo é para enfatizar a origem deste termo que é bantu. E na grafia das línguas do grupo bantu não existe palavras que comecem com “qui” (FERNANDES, 2020, p. 22).